

Começa a rearrumação da casa

FROTA NETO
Da Editoria de Economia

Promessa é divida. E já que não pode começar a pagar as dívidas financeiro-monetárias internas e externa, o Governo inicia o pagamento de suas promessas eleitorais. Nesse sentido, o presidente em exercício, José Sarney, assinou decretos criando comissões especiais que balizam o trabalho de "rearrumação da casa" — tanto na área econômico-financeira quanto no chamado "setor de austeridade". Ficou faltando ainda ao Governo definir quem e como será orientado o trabalho de estudo para a Reorganização Constitucional. Mas essa comissão — a mais importante delas — deverá ser criada apenas quando Tancredo Neves se apossar do Palácio do Planalto. Afinal,

trata-se da peça basilar dessa primeira fase de seu Governo.

Os primeiros resultados concretos das comissões oitentas criadas deverão surgir no final dos 90 dias de trégua que o Governo deu a si mesmo com a ordem de Tancredo Neves do "é proibido gastar". Dentro de no máximo três meses deverão apresentar suas conclusões as comissões das "mordomias" e dos salários de empregados das estatais no exterior. Sobre as demais quatro comissões não há prazos definidos. Alguns, talvez os mais importantes, deverão se prolongar por um ano, como é o caso da Comissão que visa a Reforma Tributária e a Descentralização Administrativo-Financeira do Governo, que funcionará co-

mo órgão subsidiário da futura Comissão para a Reorganização Constitucional. Outros ficarão ao meio caminho — entre os 90 dias e os 12 meses, tal é o caso da Comissão que deverá elaborar um projeto de lei definindo responsabilidades civil e criminal nos mercados financeiros. Ou seja, definindo responsabilidades, competências e procedimentos para punir os chamados crimes de "colarinho branco" (tais como os escândalos das financeiras) e preservar a poupança popular.

O desafio com que o Governo se confrontará é de correspondência. Há uma ansiedade muito grande da opinião pública para que as medidas corretivas sejam tomadas o mais imediato possível.

Mas, em contrapartida, há a concepção governamental de que nenhuma decisão pode ser adotada sem um ajuizamento dos diferentes pontos a que cada questão se articula. Sempre que isso não acontecer o Governo estará correndo o risco de ter de adotar medidas de "correção do curso" de suas próprias iniciativas de correção. Daí porque é preciso encarar o trabalho das comissões em suas próprias e exatas dimensões: um produto final fornecedor de subsídios. Jamais normativo. O centro das decisões será, por definição, o Palácio do Planalto. As comissões especiais serão imensos laboratórios. Assim como a Esplanada dos Ministérios continuará sediando os órgãos de execução. Não mais.